

A sacralização da política (por Cesar Ranquetat Júnior)



Tradicionalmente a política foi concebida como um modo de ação que objetivava a organização da vida social. Era por meio da ação política que se buscava a articulação e a mobilização das vontades individuais tendo como fim último a realização do bem comum. Para os filósofos clássicos, Aristóteles e Platão, e medievais como Santo Tomás de Aquino, a política visava, sobretudo, a constituição de uma ordem social justa e relativamente harmônica.

A comunidade politicamente ordenada, por sua vez, deveria possibilitar o surgimento de uma atmosfera cultural e institucional que estimulasse o desenvolvimento e florescimento das virtudes morais e intelectuais. A política, para os antigos e medievais, tinha um caráter intrinsecamente ético. O estadista, o legislador e o cidadão tinham a incumbência de se portar de maneira correta, honesta e virtuosa. Como lembra Eric Voegelin, eram homens maduros que atingiram a plena estatura humana.

Na perspectiva clássica a política, além de uma atividade prática, era vista, como uma ciência, uma virtude e uma forma de arte. Uma ciência prática relacionada com as decisões e ações humanas na vida pública e social. A prudência era a virtude central da atividade política. Esta, fundamentalmente entendida como a reta razão no agir humano, como hábito de agir bem, de maneira equilibrada, realista, razoável e com bom senso. Como arte era vista como um modo de agir sobre as vontades individuais tendo em vista a realização de ideais e objetivos comuns e coletivos. Em suma, a política visava à realização da “boa vida”, da “boa sociedade”, ou seja, a ordenação da comunidade de acordo com normas, regras e princípios morais. Cabia à atividade política a proteção e a custódia do modo de vida de um povo, de suas tradições, de sua religião e de seus valores morais. A política deveria conservar o *ethos* de uma coletividade, seus costumes e hábitos.

Contudo, a partir do século XVI e XVII, a perspectiva clássica acerca da política perde força e vigor. Emerge a noção da atividade política divorciada de princípios morais, uma política amoral. Maquiavel e Hobbes são os grandes artífices da concepção moderna da política. Com o advento da modernidade a política torna-se mera técnica de poder. O ideal clássico da atividade política regida por homens maduros, sensatos e prudentes esboroa-se. Em seu lugar surge a imagem do “príncipe maquiavélico” capaz de manter-se ou alcançar o poder a todo custo. A vilania, a astúcia, o embuste e a dissimulação são armas usadas pelo governante para levar a cabo seu projeto de poder. A par da desvinculação da política de princípios morais, outro fenômeno que ocorre na modernidade é a absolutização da política

Se, para a perspectiva clássica, a política era concebida como uma das múltiplas dimensões da vida humana, na modernidade a política é sacralizada. De uma das várias esferas da vida social, ela é transformada no centro ordenador da vida humana que tudo abarca. De meio e instrumento para busca da ordem social, ela transmuta-se em um fim em si mesmo, tudo é politizado e colonizado por interesses de ordem política. A absolutização da política na modernidade tem, evidentemente, um caráter patológico. É ela a fonte de todos os utopismos, dogmatismos, totalitarismos e maniqueísmos que marcaram os últimos séculos da história humana.

A sacralização e absolutização da política acabam por instrumentalizar os variados campos da vida social. A educação, a ciência, a cultura, a arte e a religião tornam-se servas do poder político, perdendo sua autonomia e independência. Além disso, o “messianismo” político moderno - conforme definição do historiador Jacob Talmon - parte de esquemas doutrinários abstratos e apriorísticos, de uma visão dogmática, racionalista e uniformizante que violenta a complexidade multifacetada da realidade social: “Poderia ser chamado messianismo político, no sentido de que postula esquemas de realidades perfeitas, preordenadas e harmoniosas, até os quais os homens são levados irremisivelmente [...] reconhece um só plano da existência: o político. Estende o campo da política até abarcar toda a existência humana.”

O messianismo político moderno anseia uma mutação radical da natureza humana e da vida social. Almeja obstinadamente a construção de uma sociedade ideal, perfeita, sem tensões e desequilíbrios. Enfim, ambiciona, por meio de um amplo processo de planejamento e engenharia social, a realização do paraíso na terra.

Conforme o teórico político Michael Oakeshott, trata-se da percepção moderna e progressista da “política de fé”, da crença nos poderes demiúrgicos e alquímicos da ação política. A fé na política, a transformação da política num modo de crença, como uma espécie de panacéia universal está intimamente relacionada com as ideologias políticas surgidas na modernidade. Mais ainda, é uma expressão categórica da mentalidade ideológica que pervade e alastra-se na cultura ocidental nos últimos quatro séculos.

De acordo com o filósofo Juan Antonio Widow, a mentalidade ideológica dominante na modernidade caracteriza-se por um tipo particular de discurso que se caracteriza pela promessa de uma realidade perfeita a realizar-se num futuro indeterminado. Por outro lado, este tipo de discurso ideológico lança uma série de ameaças e advertências de feições terríficas contra aqueles que não aceitam os ideais certos, infalíveis e dogmáticos defendidos com contumácia pelos “iniciados”, pela elite de iluminados portadores da doutrina política salvífica. Ainda, a linguagem ideológica é um modo de exortação dirigida a uma coletividade indeterminada, uma proclamação de ideais abstratos e, também, uma forma de imposição arbitrária e despótica, dirigida ao sentimento e a reação emocional.

A linguagem da ideologia visa engendrar padrões de comportamento e conduta, mobilizando as massas, as confortando e criando nelas um sentido de identidade grupal através dos encantos ilusórios de um mito político. As ideologias políticas modernas configuram-se, até certo ponto, como sucedâneos das religiões tradicionais.

O messianismo ideológico moderno contrasta formidavelmente com a perspectiva clássica da política, pois, com assevera Leo Strauss, esta é “[...] livre de todo fanatismo porque sabe que o mal

não pode ser erradicado e, portanto, que as expectativas da política devem ser moderadas. O espírito que a alma pode ser descrito como serenidade ou sublime sobriedade”.

Enquanto que para os antigos e medievais o conjunto dos valores morais e religiosos tradicionais de uma coletividade precisavam ser custodiados pela política, no ativismo político moderno de caráter messiânico busca-se a total transmutação dos valores de uma sociedade com a finalidade de construir uma nova ordem social e um novo homem liberto de todas as peias e limitações impostas pelas tradições religiosas e morais de uma dada comunidade.

Diante do exposto, parece-me evidente que devemos nos precaver e estarmos atentos às esperanças infundadas de redenção por meio da atividade política, bem como através do ativismo e voluntarismo impensado e irracional das massas, muitas vezes insufladas pelos demagogos e tiranos de plantão, sedentos de poder.

Cesar Ranquetat Júnior é Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de Ciências Humanas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)/Campus Itaqui

Publicado originalmente na **Revista Vila Nova**: <http://revistavilanova.com/a-sacralizacao-da-politica/>

Tags: Eric Voegelin, Filosofia, Maquiavel, Política,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/a-sacralizacao-da-politica/>